

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUÇAL E DO
ESTRANÇEIRO

ASSIGNATURA

Moeda forte	PORTUGAL E COLONIAS	Francos de porte	
Anno ou 24 numeros	2\$600	Trimestre ou 6 numeros	\$650
Semestre ou 12 numeros	1\$300	N.º avulso ou pago á entrega	\$120
ESTRANÇEIRO UNIAO GERAL DOS CORREIOS			
Anno ou 24 numeros	3\$000	Semestre ou 12 numeros	1\$500

2.º ANNO—VOLUME II—N.º 31

1 DE ABRIL 1879

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA—45, RUA DO LORETO, 43—LISBOA

Todos os pedidos de assignaturas deverão vir acompanhados do seu importe, e dirigidos a Francisco Antonio das Mercês, administrador da empresa.

É correspondente d'esta empresa no Rio de Janeiro o sr. Serafim J. Alves.

SUMMARIO

TEXTO.—Chronica occidental, GUILHERME D'AZEVEDO—Cunha Rivara, A. LOPES MENDES—O concurso de pintura de paisagem na Academia das Bellas Artes de Lisboa, SPECTATOR—O Barredo, bairro velho do Porto, A. PILLER SIMÕES—As nossas gravuras—Hospital portuguez e Real Sociedade de Beneficencia 16 de Setembro na Bahia, J. B.—Actualidades scientificas, A lua será habitada? CAMILLO FLAMARIOZ—O Piloto João de Lisboa, BRITO REBELLO—Typos da minha terra, o João Ronca, ALFREDO DA CONCEIÇÃO—Bibliographia.

GRAVURAS.—Na Tapada d'Ajuda, quadro de Arthur Loureiro—Cunha Rivara—Hospital da Real Sociedade Portugueza de Beneficencia 16 de Setembro, na Bahia—Reminiscencias do Barredo, bairro velho do Porto, aguarella de M. de Macedo—Penedo do Guincho, em Torres Vedras—Vingar agora Vilanagem!—Enigma.

CHRONICA OCCIDENTAL

A alma nacional tem nos ultimos dias palpitado d'enthusiasmo com a narraçao d'um caso a que as folhas diarias consagraram prodigamente tanto gravuras como estylo. Desde o norte até ao sul do paiz — pois que nós apesar de pequenos tambem nos damos a esse luxo de ter norte e sul — não se tem fallado n'outra coisa. É o assumpto das conversações e do folhetim: os cavacos das familias e as ponderações dos philosophos acharam ali o seu manancial eterno e ha muito que entre nós se não está tanto d'accordo, depois do periodo economico do sr. bispo de Vizeu, em concorrer com todas as forças para a confirmação d'uma celebridade.

No genero de figuras epicas, o espirito nacional, n'este momento, apenas reconhece duas: Camões e Antonia Custodia, a *mulher-homem!*

Dissemos-lhe o nome: Antonia Custodia! Haveria talvez algum nacional ingenuo, transviado pelas regiões da phantasia, que supozesse que eu ia escrever o nome de Serpa Pinto, o audacioso explorador que concluiu a travessia d'Africa? Oh não! O que representa esse acto mesquinho d'um homem andar por solidões ignoradas investigando origens de rios e dando combates aos leões de juba hirsuta que passeiam ao longo do Zambeze, comparado com este d'uma mulher andar vestida d'homem pelas ruas do Porto, passeando, de juba apartada ao meio, ao longo da rua das Flores?...

É por isso que, ao passo que os raros *dilettanti*, da geographia, — os que se comprazem com esta prenda tão propria dos dois sexos, soltavam brados d'enthusiasmo ao receber-se o primeiro telegramma da Pretoria, o paiz com os olhos fitos em Antonia Custodia exclamava pela bocca d'um dos seus correspondentes mais entusiasticos e mais apreciados, n'uma folha

BELLAS ARTES



NA TAPADA D'AJUDA — Quadro de Arthur Loureiro, preferido no concurso de pintura de paisagem, á penção para estudar no estrangeiro.

da Beira Baixa, que finalmente Alexandre Dumas podia acrescentar mais um capítulo ao seu romance *L'homme-femme!*

Por aqui se vê até que ponto os noticiarios portuguezes confundem uma questão de moral com uma questão de saias!

Seja como fôr, o que é certo é que a opinião do paiz dominada pelo caso Custodia, ainda não teve tempo de se absorver no caso africano, d'onde eu concluo que se Levingstone tem a felicidade de nascer portuguez, havia d'haver aqui muito menos gente que se enthusiasmasse por se descobrir a origem do Zaire, do que por se descobrir que o sr. Barros e Cunha era donzella!

— Depois do famoso caso da *mulher-homem*, que algumas folhas da provincia e da capital ainda cultivam com fervor, só a *Missa de Requiem* de Verdi conseguiu dominar um tanto o espirito publico. Pôde affirmar-se mesmo d'ella, que é a ultima missa de *sucesso*, esutada com fervor e devoção pela capital descrente, n'esta quadra de impiedade e de scepticismo, em que o Loreto é, por assim dizer, considerado uma succursal da Havaneza aonde algumas familias e chefes de repartição vão, aos domingos, á uma da tarde, vêr as pessoas das suas relações, tomar agua benta e fazer horas para o Aterro, para o passeio publico e para a salvação eterna.

Entre S. Domingos e S. Nicolau, a devoção elegante, a propria devoção da baixa, não hesita já: escolhe S. Carlos; e pôde affirmar-se que o *Dies irae* de Verdi é o primeiro que enche de sagrado terror uma turba demasiadamente pagã para acreditar na colera suprema, expressa pelos coros da Sé, muito respeitáveis sim, mas no mesmo tempo muito fanhosos para que a gente os possa julgar interpretes do verbo divino.

Na *Missa de Requiem* o baixo Uetam revelou-se o grande artista que já se deixara adivinhar no *Roberto*. O seu canto possui a gravidade sacerdotal e a unção prophetica adequada a este genero lyrico, e pôde affirmar-se que nunca em S. Carlos se ouviu uma voz mais potentemente inspirada! O sr. Fancelli cantando a *Lacrimosa* ou cantando a *Madre infelice* é sempre o mesmo tenor *apreciado* e sentimental, nutrido de mais para *Trovador* e apaixonado de menos para artista. Em todo o caso, a pequena centelha divina que n'elle resplende não é prejudicada pelo effeito da cazaca, antes sobresahe mais alguma cousa no fundo escuro d'esta solemne peça de vestuario.

A sr.^a Biancolini multissimo bem e a sr.^a De Guili-Borsi discretamente. Este adverbio não se pôde dizer dos mais festivos, mas applicado com consciencia já não é mau de todo.

Resta-me fallar das coristas e dos candieiros Jabolochoff. O que diremos d'ellas? Oh, quem as viu candidamente vestidas de branco com fuchas cor de roza, á maneira de um coro de virgens do Senhor... Paccini, entoando aquella maravilhosa *fuga*, havia de admirar-se de que ellas fossem capazes de executar com tanto primor, por nossa causa, o que tantas vezes, cheios de descortezia, temos executado por causa d'ellas!...

Em quanto a Jabolochoff, não parecia muito contrafeito no theatro lyrico, e este ensaio faz-nos pensar no grande proveito que as empresas dos theatros de Lisboa podiam tirar de tão poderoso invento, servindo-se d'elle como auxiliar para os espectadores em noites ordinarias poderem ver o gaz!...

— Ainda houve um pequenino caso de sensação, que já agora a chronica não pôde deixar de registar cautelosamente. O sr. governador civil prohibiu n'um dia e desprohibiu no outro a *Revista do anno*, que ha tres mezes se representava no theatro do Principe Real. Este acontecimento discutiu-se alguma coisa na baixa, e chegou mesmo a ser fallado no parlamento, aonde o sr. ministro do reino explicou as demasias de linguagem e os conceitos immoraes de que estava recheada a peça, affirmando que *nem mesmo* n'aquella camara se ouviram jámais tantos desmandos de palavra!

Lancemos o *Diario do Governo* sobre a fronte

rubra de pudor, e confessemos que realmente o verme da desmoralisação vaee fazendo grandes estragos no seculo!

Sendo assim, como disse o sr. ministro, a *Revista* deve ser uma coisa nefanda! É quasi uma interpelação posta em tres actos, nove sessões e quinze quadros!...

Agora se vê quanto o governo foi previdente escolhendo uma auctoridade administrativa de tanta austeridade como aquella que n'este momento na calada da noite vela pela innocencia da cidade. Verdadeiramente o governo nomeando-a não fez um governador civil, o governo o que fez foi um Messias supranumerario com um conto e duzentos e os emolumentos respectivos!

E de feito, o vicio tem nos ultimos tempos levado uma grande cresta em Lisboa! Ah, o vicio pensava que não era mais senão metter-se no estabelecimento do sr. cambista-Fonseca e annunciar-se á venda impudentemente pelas ruas, disfarçado em cautellas de Hespanha?! Não meu querido vicio: não podia ser. O reinado da innocencia está desde esta data proclamado em Lisboa graças á paternal sollicitude do magistrado que nos governa. A maior parte da gente que se encontra fóra d'horas pelas ruas da cidade já traz azas de baixo do *pardessus*, e se lhe formos perguntar d'onde ella vem, responde candidamente que vem de jogar a roleta!

Se ha nada mais candido! Desfolhar malmequeres e jogar a roleta! Como as auctoridades são boas por consentirem unicamente á cidade estes passatempos simples e primitivos agora que de mais a mais é chegada a primavera!

— Mademoiselle Emma Jutau, a *rainha dos ares* «a primeira gymnasta do mundo» suspensa de um arame nos Recreios, desafia os que ousarem pôr em duvida os seus titulos, e chama a um combate singular — em Londres qualquer funambula rival que por ventura lhe queiram antepôr.

O noticiario nacional de quando em quando vê-se n'estes afflictivos transeos. Os adjectivos não lhe chegam para todas as celebridades que visitam o torrão natal, de maneira que acontee ás vezes provocar protestos por não applicar a respeito do merito da ultima funambula a pompa de adjectivos que tinha dispensado á penultima.

— O *Asmodeu*, a *Pesca da Balca* e o *Processo da luz electrica*, constituem o repertorio original, que nos ultimos dias subiu successivamente á scena nos theatros de D. Maria, Gymnasio, e Principe Real.

São tres peças feitas por dois auctores, os srs. Cesar de Lacerda e Cypriano Jardim, de cujo talento eu me proporia fallar se exactamente n'este ponto não chegasse ao fim da ultima columna que me ficou reservada.

GUILHERME D'AZEVEDO.

CUNHA RIVARA

Na antiga e notavel villa de Arrayolos, da provincia do Alemtejo, nasceu Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, em 23 de junho de 1809. O pae, posto que nascido em Lisboa, era de origem estrangeira, por ser filho de João Rivara, italiano natural de Genova, que viera estabelecer-se em Portugal.

Depois de adquirir no lar paterno os primeiros rudimentos litterarios, passou a continuar os estudos em Evora, habilitando-se ahi com os preparatorios necessarios para seguir em Coimbra o curso de medicina.

De feito, achamol-o matriculado nos primeiros annos das faculdades de philosophia e mathematica da universidade no anno lectivo de 1824 a 1825; e com resultado correspondente ao seu talento e applicação havia concluido o terceiro anno medico, quando as vicissitudes e transtornos politicos por que passámos de 1828

em diante, o obrigaram a quebrar o fio de seus estudos, fechando-se por algum tempo as aulas da universidade. Teve, pois, de recolher-se a sua casa, até que, terminada a luca civil em 1834, pôde entrar novamente na carreira interrompida e ultimar os trabalhos escolares, fazendo acto de formatura em 1836.

Sentindo-se, ao que parece, com pouca disposição para o exercicio clinico da medicina, entrou no serviço publico como primeiro official da secretaria da administração geral do districto de Evora, em 3 de fevereiro de 1837, de cujas funcções foi dispensado em 27 de outubro seguinte, para ir reger, no lyceu da mesma cidade, a cadeira de philosophia racional. A este cargo veio, pouco depois, accumular-se o de bibliothecario da bibliotheca ebo-rense, cuja nomeação lhe foi conferida em 25 de dezembro de 1838, prestando a este estabelecimento relevantes serviços.

Repartido o tempo entre os deveres do professorado e os cuidados da bibliotheca, as sobras do que lhe ficava para seu estudo particular eram por Cunha Rivara aproveitadas utilmente em serviço das letras e beneficio commum, escrevendo numerosos e instructivos artigos de historia, critica e philologica, com os quaes enriquecia as columnas dos jornaes litterarios mais notaveis, que entre nós se publicaram durante o periodo citado. Foi assiduo e diligente collaborador do *Panorama*, da *Revista Litteraria* do Porto, da *Revista Universal Lisbonense*, da *Aurora* e outros. Teve ainda uma parte importante na publicação das *Reflexões sobre a lingua portugueza*, obra inedita do padre Francisco José Freire, dada á luz em 1842 pela *Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, e que hoje corre já em segunda edição, fornecendo para ella não só o erudito prefacio, mas varias notas interessantes, taes como a *Breve dissertação sobre o que devemos entender por auctores classicos*, etc., sisudamente pensadas, e escriptas com penna fluente, em lingua chã e desaffectedada. Estes escriptos, lidos com proveito pelos que mais se contentam da solidez da doutrina e da conscienciosa averiguação dos factos, que da harmonia das palavras e da estrutura dos periodos, crearam a seu auctor nome e fama, e lhe mereceram na estima e benevolencia publicas, a primeira recompensa de suas estudiosas fadigas.

Possuindo Cunha Rivara, afóra outros, os dotes de conselho e execução necessarios para a util gerencia das coisas publicas, do que deu depois provas plenas e irrecusaveis, trocou a cadeira de professor pelo mandato de representante ás côrtes, accitando o diploma de deputado, com que os seus concidadãos o distinguiram no anno de 1853, em que safu eleito por Evora.

Sendo nomeado governador geral da India o fallecido Antonio Cesar de Vasconcellos Corréa, mais tarde conde de Torres Novas, este, que na camara dos deputados tivera oportunidade de conhecer e apreciar as distinctas qualidades do seu collega, escolheu e propoz para secretario geral d'aquelle estado a Cunha Rivara.

Successivamente reconduzido n'aquelle cargo por decretos de 30 de março de 1858 e 20 de igual mez de 1861; nomeado commissario regio para a circunscripção dos bispados da India, pertencentes ao padroado portuguez, regulado pela concordata de 21 de fevereiro de 1857. Strenuo e zeloso campeão das regalias da coroa, Cunha Rivara empenhou todos os seus esforços na sustentação dos direitos que competem ao padroado, pugnando pelo decoro e honra nacional; e isto não só nas negociações officiaes, mas ainda como escriptor publico em polemicas levantadas na imprensa, combatendo victoriosamente em diversos opusculos, com as armas da razão, as injustas pretensões e demasias dos vigarios apostolicos.

Uma honrosa portaria do ministerio da marinha e ultramar, datada de 31 de maio de 1858, auctorizou o governador geral da India, a prestar a Cunha Rivara todo o auxilio para que podesse, como se propunha, continuar os trabalhos historicos de Barros e Couto sobre as

conquistas e domínio dos portuguezes na Asia. Mandava outrossim que se lhe abonassem todas as despesas por elle feitas nas visitas que houvesse de emprender fóra de Góá, para pesquisar e recolher esclarecimentos relativos aos factos e successos da epoca.

Sem aproveitar o favor pecuniario que a portaria lhe conferia, e por conseguinte sem gravame do thesouro, o incansavel erudito effectivamente correu e visitou, com diligente investigação, desde Diu até ao cabo Comorim, e desde a costa do Malabar até á de Choromandel, os logares mais notaveis onde, ou as magestosas ruínas ou os monumentos que ainda existem de pé, attestam os feitos gloriosos de nossos maiores n'aquellas paragens.

Não são poucos, nem de pequena monta, os subsidios colhidos n'estas excursões. Avultam, porém, sobre todos, os que offerecem os archivos do governo geral da India, que Cunha Rivara examinou tão attenta e pacientemente, como se prova dos numerosos documentos por elle extrahidos d'essa mina riquissima, e postos ao alcance da curiosidade publica, já incertos no *Boletim official do governo*, no *Chronista do Tisuary* e em outras publicações periodicas.

Repetidas demonstrações da munificencia real, sobre elle accumuladas, abonam a justa consideração devida ao seu merito e serviços; e bom fóra que todas as graças e mercês assentassem em tão solidos fundamentos. Por decreto de 14 de abril de 1865 foi-lhe conferido o gráu de commendador da antiga, notabilissima e esclarecida ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico, em attenção ao seu merecimento e como testemunho da real consideração e apreço pelo empenho com que se tem dedicado a illustrar a historia dos dominios portuguezes na Asia, colligindo e fazendo imprimir grande copia de documentos de reconhecido valor.»

Anteriormente fóra já nobilitado com egual gráu de commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 4 de junho de 1860; e teve o titulo de conselho de sua magestade por outro decreto de 11 de março de 1861.

Varias corporações scientificas e litterarias quizeram tambem honral-o, e honrarem-se a si proprias, inscrevendo-lhe o nome no catalogo dos seus membros. Era socio correspondente da academia real das sciencias de Lisboa, do instituto historico e geographico do Brazil, do instituto de Góá, da sociedade de geographia de Lisboa, e cremos que de algumas outras.

Cunha Rivara falleceu em Evora, na idade de 69 annos e 8 mezes, no dia 20 de fevereiro ultimo. Mereceu sempre as sympathias e o respeito de todos; deixou na terra tantos amigos saudosos quantos o conheceram; e na India, aonde demorou 22 annos, e tivemos a honra e ventura de conviver com elle desde 1862 a 1871, deixou incontestada reputação de homem honesto e altamente considerado.

O retrato do illustre finado, que o OCCIDENTE offerece hoje aos seus leitores, é copia de uma photographia, a ultima que tirou na sua passagem por Paris, de regresso á patria que tanto amou, e que com tanta dedicação serviu.

A. LOPES MENDES.

O CONCURSO DE PINTURA DE PAISAGEM

NA

Academia de Bellas Artes de Lisboa

Quebrou-se afinal o encanto que ha alguns annos a esta parte pesava sobre o concurso dos estudantes de paisagem da Academia de Bellas Artes de Lisboa.

Este concurso, cujo fim é a escolha de um discipulo habilitado para ir ao estrangeiro com pensão concedida pelo estado completar a sua educação artistica, celebrou-se, se a memoria nos não falha, por quatro vezes, em periodos distantes e successivos, resultando sempre da

comparação das provas exhibidas o ficar em ultima analyse empatado. Não nos parece que a decisão do jury por occasião da segunda tentativa fosse d'uma estricte justica, sem comtudo lhe contestarmos a sinceridade de opinião, por quanto, um dos concorrentes d'esse anno, o sr. Mallóia, na prova de pintura de paisagem, avantajou-se largamente sobre os seus competidores: o jury, porém, considerando relativamente fracas as outras duas provas, principalmente a de desenho de figura, não se pronunciou favoravelmente, e por um excesso de mal cabido esculpulo privou este esperançoso artista das vantagens da pensão.

Decidiu-se felizmente d'esta vez, recahindo a escolha no sr. Arthur Loureiro cujos trabalhos revelavam, senão mais acentuado talento que os seus emulos, ao menos uma educação de artista mais completa. Felicitamos o jury pela decisão acertadissima; por quanto o novel pintor, além de possuir aptidão não vulgar, é applicadissimo no trabalho, gosando já de uma certa consideração entre os seus collegas de estudo em Roma e Paris, centros artisticos que frequentou por algum tempo e d'onde regressou de proposito para se habilitar como concorrente á pensão concedida.

O seu quadro tem qualidades solidas, taes como vigor e largueza na execução, força de luz, sentimento de perspectiva nos terrenos, tons habilmente reservados para a figura e excellent relação entre esta e o todo do quadro; não é comtudo isento de defeitos, como são uma certa crueza de tintas nos verdes e no azul dos ares; pouca transição de tons entre os planos verticaes ou meias tintas, e os horisontaes; e uma certa indecisão de forma e de caracter nas arvores. Entretanto mostra que o artista tem sabido dirigir os seus estudos com intelligencia e methodo.

Este concurso foi, até certo ponto, debatido no jornalismo, e o publico seguiu com desusado interesse a discussão, o que nos parece um symptoma de favoravel agouro no meio do indifferentismo geral que os nossos conterraneos manifestam sempre que se trata de Bellas Artes. Verdade seja que acabavamos de passar pela vergonha de, na ultima exposição de Paris, ficarmos classificados no ultimo gráu da escala das nações — isto é, ainda abaixo das pequenas republicas hispano-americanas, que ninguém ignora serem visinhas da Patagonia: é possível, pois, que o paiz ferido no seu amor proprio, comece a doer-se do ridiculo que lhe acarreta o estado actual, entre nós, d'este ramo considerado pelas nações civilizadas de uma importancia primaria na ordem das manifestações do espirito humano.

É sem duvida uma util medida o estabelecimento das pensões aos estudantes, e até agora não ha motivo de arrependimento porque de entre o pequeno numero de artistas que o paiz tem mantido no estrangeiro, durante periodos demasiadamente curtos e com pensões escassissimas, apenas consta que para a arte nacional se inutilisasse um d'elles, e esse por que foi accommettido de uma terrivel enfermidade cerebral.

Devem, pois, continuar a ser concedidas as pensões, prolongando-se os prazos aos discipulos que tenham dado boas contas do estudo, adicionando-lhes ajuda de custo para completarem as suas ultimas provas, taes como, execução de quadro, trabalhos de escultura, etc. nas necessarias condições de perfeição. Julgamos até indispensavel estender essa medida aos ramos secundarios de Bellas Artes — e ás artes industriaes — porque em todas ellas escaccia o elemento moderno, e como medida immediata recommendamos a attenção do director da Academia para a necessidade de abrir concurso em pintura de ornamento, de decoração de edificios e tambem na especialidade de pintura architectonica e de perspectiva e decorações theatraes, per que esse ramo é professado hoje por individuos, dos quaes uns são filhos dos seus proprios esforços, e os outros continuadores da velha escola italiana, faltando-lhe portanto, absolutamente, o actualismo e o progresso que as sciencias historicas e archeologicas tem impr-

mido a estes ramos indispensaveis e que tanto influem no gosto publico.

Depois d'isto resta ao governo o completar a sua obra creando exposições officiaes mais frequentes, quanto seja compativel com o estado das artes, instituindo premios officiaes como incentivo aos artistas que quizerem emprender obras de alcance tão difficéis entre nós pelos attritos e resistencias do meio com que ha a lutar.

São estas as medidas que em toda a parte se tem empregado e sempre com resultado para acordar o espirito artistico. Citaremos o reino visinho que tão brilhante logar occupou como nação artista e que não ha ainda trinta annos tinha chegado a uma decadencia deploravel.

Restam-nos duas observações a fazer acerca dos concursos: sendo a primeira que consideramos este ultimo muito superior em tudo aos anteriores, não só pela certeza adquirida de que os tres competidores são mancebos de talento, mas porque no desempenho das provas mostraram possuir noções d'arte assás adiantadas para o meio em que foram educados, estando por esse facto perfeitamente habilitados a comprehender o ensino superior, adquirindo assim o paiz a certeza, assás lisongeira, attento o nosso estado de penuria artistica, de que a pequena phalange dos cultores da arte tende a engrossar.

A segunda observação refere-se ao programma seguido n'estes certamens da arte, e ao qual pelo seu caracter um pouco antiquado julgamos se devem attribuir resultados de ordinario pouco decisivos. Creemos que se poderá talvez com vantagem substituir pelo seguinte, esse programma.

Um estudo da figura humana — como prova de adiantamento no desenho.

A solução d'um problema de perspectiva obliqua em presença dos professores e sem consulta — applicada á architectura pittoresca, ramo intimamente ligado á paisagem, e cujo conhecimento cabal é indispensavel aos paisagistas.

Um estudo simples, a oleo, de paisagem, para que se possa julgar das noções de perspectiva aerea e do conhecimento de tons e de valores que o discipulo possui.

Um desenho grande d'uma arvore (carvão ou agua-tinta) largamente executado, copiado do natural: é esta prova d'importancia capital — porque é na interpretação da arvore onde o estudante tem occasião de revellar mais intimamente a sua aptidão de paisagista. — Avalia-se logo se observa a natureza com a lente do botanico, se com os olhos do pintor. Citaremos de passagem o grande Constable, o eminente artista que revolucionou por assim dizer a interpretação da paisagem em Inglaterra — e que mandava os discipulos em pleno inverno desenhar as arvores despidas de folhas, para aprenderem o que elle chamava a anatomia da vegetação.

Por ultimo, uma paisagem de composição (execução summaria) envolvendo figura e animaes como accessorio.

Este programma, com quanto pareça á primeira vista assás complicado, tem entretanto a vantagem de não exigir senão provas de execução breve, podendo assim vencer-se em curto espaço de tempo; além de que sonda com muito maior profundidade a aptidão do discipulo, tornando o empate nas votações menos provavel. — Enquanto a exigir-se ao discipulo a execução de um quadro completo, é primeiro do que tudo simplesmente illogico — porque se elle os sabe fazer — escusado é que o aprenda, além de que, mesmo que o discipulo consiga obter um bom estudo em presença do natural, na transmissão ao quadro, feita de memoria e á porta fechada tem 99 probabilidades sobre 100 de quando chegar ao meio do trabalho ter perdido todo o sentimento da natureza que o esboço encerrava; além de que os artistas não ignoram o quanto essas interpretações convencionaes devidas a uma velha e falsa esthetica são antipathicas ao espirito artistico do nosso tempo.

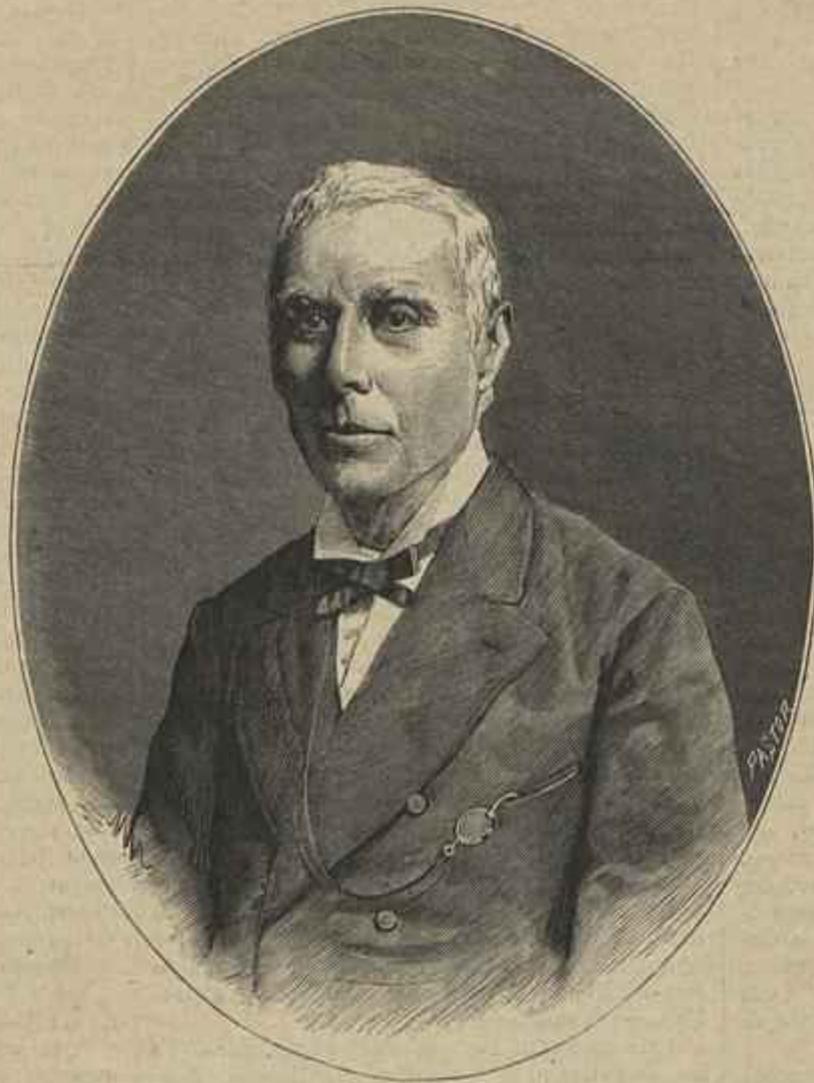
SPECTATOR.

O BARREDO

BAIRRO VELHO DO PORTO

N'algumas cidades da Europa, em Ferrara, Florença e Veneza, na Itália; em Bruges e Malines, na Bélgica; em Rouen e Blois, na França; em Toledo e Segovia, na Hespanha, ainda hoje se vêem ruas, cujas casas, todas ou em grande parte, conservam o seu primitivo estylo da idade media, ou dos primeiros tempos da renascença. Essas antigas ruas, verdadeiros monumentos archeologicos, interrompem agradavelmente a monotonia das construcções modernas, e são percorridas e admiradas pelo viajante curioso, como as galerias dos museus, ou as alamedas dos jardins, ornadas de estatuas de outras epocas.

Ninguém dirá o mesmo da parte não renovada do Porto, onde apenas se nos depara algum monumento religioso, digno de attenção e de estudo. As ruas não são antigas, são velhas. Se por aquellas que menos distam da Sé, se avista alguma janella manuelina ou porta ogival, características de uma epoca determinada, na maior parte não se encontram vestigios classificaveis em qualquer estylo conhecido. A antiguidade de taes construcções é indeterminavel; o que se conhece bem é a sua velhice, que mui claramente estão demonstrando a negrura de granito, as falhas dos cunhaes, o desaprumado das fachadas, as brechas das paredes, as corcovas dos telhados, as mutilações, roturas e torcimentos dos alçargos, e finalmente a apparencia estranha, obsoleta, esconsa das portas e janellas, denegradas, não pelo sol, mas pelo fumo de muitos seculos. Os materiaes denotam da mesma sorte uma grande velhice: as madeiras podres, carunchosas, entortadas; as pedras esburacadas e carcomidas; os rebocos fendidos, estalados, empola-



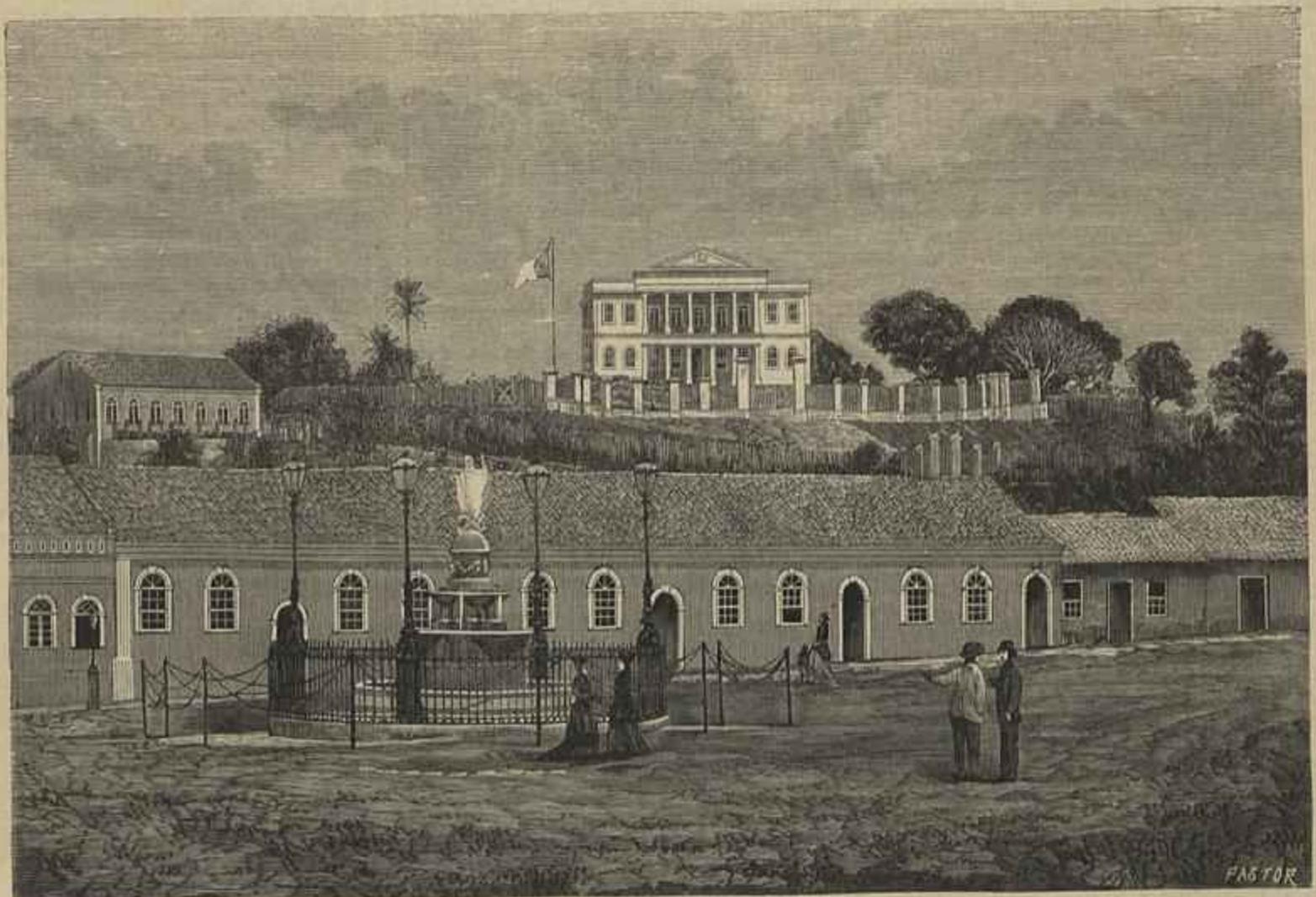
JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVARA — (Fallecido em 20 de fevereiro de 1879)

(Segundo uma photographia de M. Berthaud)

dos; tudo unctoso, fetido, immundo, como uma parte gangrenada do grande corpo da povoação.

É tambem no monte da Sé, a que já alludimos, onde são menores e menos asquerosas as ruinas. A inclinação da encosta e a sua exposição ao poente, deixam penetrar nas ruas o ar, o calor e a luz do sol, que enxugam e desassombrom as grandes lages desgastadas, as vetustas paredes, os vãos das portas e janellas, e os nichos habitados por velhas imagens, objecto do fervoroso e devoto culto de muitas gerações. Mas, o terreno ao passo que se aproxima do rio, perde pouco a pouco a inclinação e chega a estar de nivel com a margem. Ahí, somente á hora do meio dia, o sol dissipa por alguns instantes as sombras das ruas estreitas e tortuosas, que a salobra humidade que se levanta da agua, os despojos do peixe e de outras substancias organicas, tornam mais immundas e asparentas.

Tal é a parte da freguezia de S. Nicolau, que chamam o Barredo, verdadeiro labyrintho de ruas, becos, escadas e vielas, que se estende desde a rua dos Mercadores até ás escadas do Codeçal, e desde os arcos da Ribeira até á cerca do collegio dos Grillos, hoje Seminario ecclesiastico. A gravura dá clara idéa d'este velho bairro. Algumas casas só á força de escoras se sustêm de pé. Das velhas grades das varandas e janellas apenas algumas se conservam, podres e desconjunctadas. Das outras restam somente nas paredes os proeminentes cachorros de granito, esperando uma renovação que jámais talvez se realisará. O musgo, a hera e outras plantas, proprias dos logares sombrios e humidos ou das ruinas, vegetam enfezadamente pelas caleiras dos telhados e pelas fendas dos muros. A rua pareceria deshabitada, se não se vissem n'ella duas provas em contrario. Uma está nos tres gatos que de-



BRAZIL — HOSPITAL DA REAL SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICENCIA 15 DE SETEMBRO, NA BAHIA

(Segundo uma photographia)

Voram soceadamente a tripagem ou as guelras de peixe sem que ninguém interrompa o felino banquete. A outra é a roupa estendida a enxugar nas cordas suspensas dos telhados das trapeiras. Estes dois factos, aparentemente insignificantes, mostram as tendências communistas dos moradores do Barredo e dos seus animais domésticos, e também que n'uma grande cidade polida pode haver hairros com os foros e regalias das mais incultas das aldeãs.

O Barredo e outros velhos bairros do Porto antigo, contrastam singularmente com as grandes ruas da cidade moderna. Ainda recentemente se abriram as ruas novas da Alfandega e de S. Domingos. O município não ha de parar de certo n'esta obra utilissima de renovação, e outras ruas farão desaparecer em breve o Barredo, bem como desapareceram já os immundos casebres que se estendiam desde a igreja de S. Nicolau até á Porta Nova, e desde a igreja e rua de S. Francisco até á rua de Sobre o Muro.

A. F. SIMÕES.

AS

NOSSAS GRAVURAS

PENEDO DO GUINCHO

Uns 15 kilometros ao noroeste da villa de Torres Vedras está sobre as ribas do mar um grupo de casas designadas pelo nome de Santa Cruz.

Não chega bem a ser uma aldeia.

D'essas casas só quatro ou cinco são habitadas durante o inverno. As outras foram mandadas construir por pessoas que ali vão de junho a novembro tomar banhos, e estão desertas o resto do anno.

Sobre umas das ribas, mesmo em frente do mar, ha uma ermida de construção baixa, fortemente batida dos ventos de oeste, votada a Santa Helena, a quem fazem promessas os pescadores da costa, desde a Assenta até Peniche, e onde vão levar as suas moletas os doentes de rheumatismo e de paralyasia, que o mar consegue ali curar.

Quando se desce á praia vê-se logo um immenso rochedo, sobre o qual as ondas vem rechar e que se inclina para a praia como se quizesse fortemente resistir á attracção poderosa do refluxo. Do lado do sul este rochedo é como que um arco de triumpho colossal, sob cuja abobada passam de continuo como esquadras espumantes, na maré cheia, as vagas umas após outras. Chamam-lhe nos arredores o Penedo do Guincho.

As pessoas mais velhas do sitio ainda se recordam de ver este penedo enorme, hoje isolado entre a praia e o mar, estreitamente ligado á riba, a ponto de poderem sobre elle pastar, nos rebentos tenros do tojo e das urzes, as cabras e as ovelhas.

A forma do arco e a inclinação geral da rocha ainda hoje faz parecer o penedo do Guincho um ho-

tao isolado que ficasse de né depois de derrubado o edificio immenso que um dia elle servira a escorar.

HOSPITAL PORTUGUEZ

É Real Sociedade Portuguesa de Beneficencia 16 de Setembro

NA CIDADE DA BAHIA

Apresentando hoje aos seus assignantes, este periodico, a vista geral do Hospital portuguez na cidade da

o seguinte anniversario fosse solemnizado com actos de beneficencia distribuidos aos compatriotas pobres e suas familias, em homenagem á virtude tão proeminente no coração do monarcha — a caridade.

No primeiro de janeiro de 1857 reunidos aquelles individuos em casa do laborioso sr. Marcos José dos Santos, deliberaram formar uma associação com os fins indicados; e logo em 30 de março seguinte, em casa do mesmo individuo, a reunião de quarenta e sete portuguezes organisava a *Sociedade Portuguesa 16 de Setembro*, que, apesar de pequena, pôde pouco tempo depois, por occasião do terrivel flagello da febre amarella em Lisboa, enviar para esta cidade um soccorro de 562\$000 réis.

Em 20 de setembro do mesmo anno, outros portuguezes ali residentes, sob a presidencia do nosso consul José Agostinho de Salles se reuniam na casa da sociedade do monte pio da Bahia, e nomeavam uma commissão para formular os estatutos de uma instituição de beneficencia, que logo ficou installada no dia 23 seguinte, com o nome de *Sociedade Portuguesa de Beneficencia*, que também enviou para o mesmo fim, a esta cidade, o soccorro de 3.300\$000 réis.

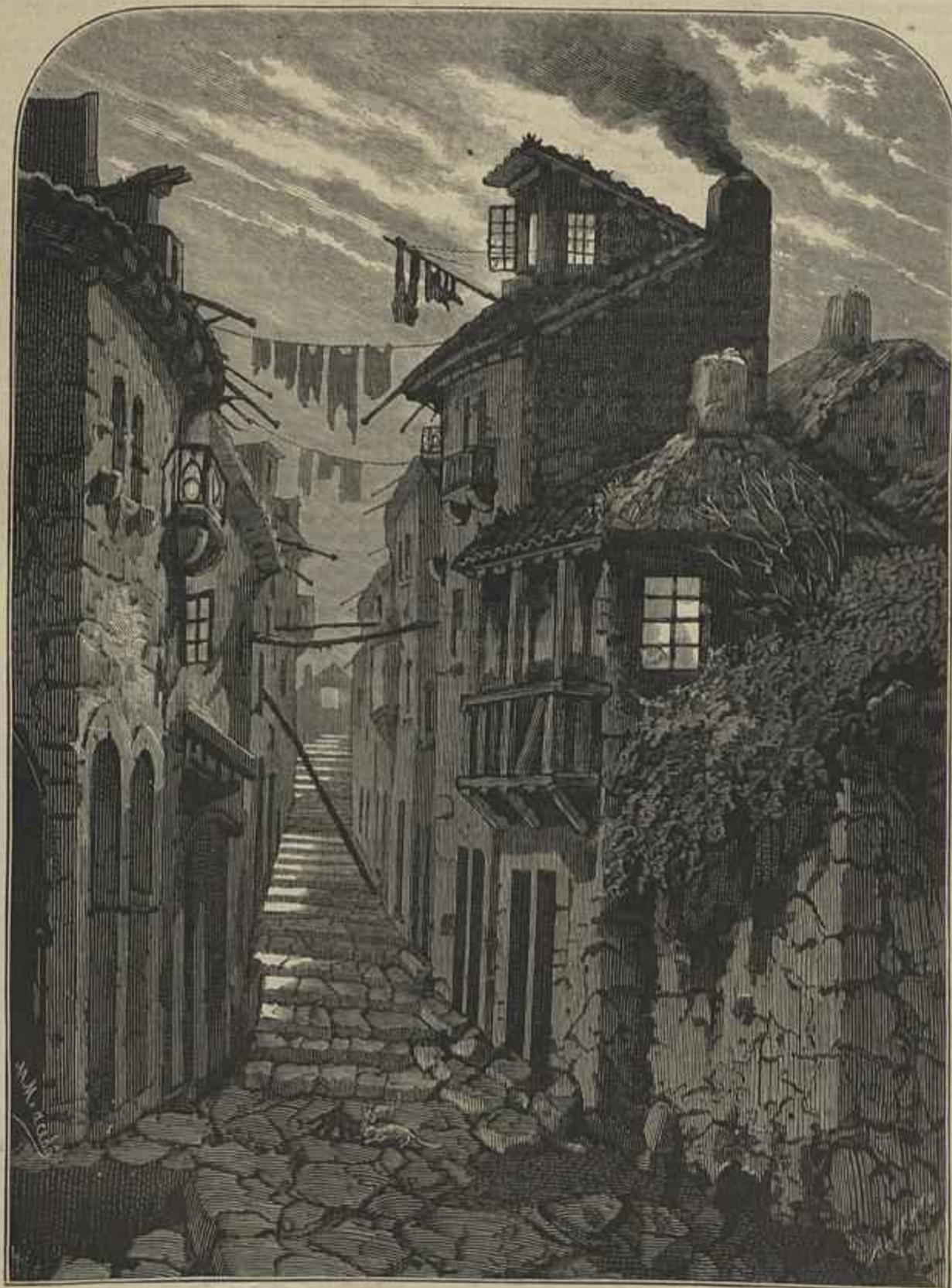
Coexistiam as duas sociedades, e não obstante a muita dedicacão de seus socios, os esforços assim divididos não podiam dar os fructos, que dariam reunidos. N'estes termos, por uma bem pensada resolução, reunidos os membros das duas associações em 14 de agosto de 1859, deliberaram a fusão d'ellas n'uma só, com a denominação de *Sociedade Portuguesa de Beneficencia 16 de Setembro*.

Reunidos os capitais das duas sociedades, achou-se existir em diversas especies o fundo de 5.535\$000 réis, com o qual foi constituida a nova associação.

Em 13 de outubro seguinte foi eleita a primeira direcção da sociedade, que ficou composta dos cidadãos srs. José Joaquim de Miranda,

Manuel Fernandes Vieira, Joaquim Lopes de Carvalho, Bento da Cunha Motta, José Lopes da Silva Lima, Francisco Gomes da Costa, Manuel Ferreira Barbosa, Joaquim Antonio Fiuza de Lima e Fernando Pereira da Cunha, por não ter podido aceitar a eleição o sr. Manuel Joaquim Alves. Registamos estes nomes, sem lhes addicionar os epitotos que merecem, porque estes andam já de sobejo applicados a inutilidades e até a prejudicialidades. Estes individuos fizeram tudo quanto se pôde fazer, para tornar a sociedade forte, florescente e proveitosa.

Por alvará de 17 de outubro de 1862, dignou-se el rei o sr. D. Luiz declarar-se protector da sociedade, e por outro de 27 de maio de 1863, houve por bem conceder-lhe a designação de *Real*.



REMINISCENCIAS DO BARREDO, BAIRRO VELHO DA CIDADE DO PORTO (Aquarella de M. de Macedo)

Bahia, incumbem-nos dar noticia da sua construcção e organisação, e da da *Real Sociedade Portuguesa de Beneficencia 16 de Setembro*, que tão briosamente creou e dotou aquelle edificio.

São tantas as provas de dedicacão, caridade e amor patrio, que os nossos irmãos, disseminados pelo vasto imperio brasileiro, tem dado constantemente, que fóra impertinencia encarece-l-as. Assim diremos com a rapidez precisa, no pouco espaço que nos é dado occupar, o mais essencial da larga noticia que temos presente, devida á valiosa intercessão do nosso antigo amigo dr. Daniel da Silva Ribeiro, consul n'aquella cidade.

Em 1856, por occasião da celebração, a 16 de outubro, do anniversario natalicio de D. Pedro v. deliberaram alguns portuguezes, habitantes da Bahia, que

Manuel Fernandes Vieira, Joaquim Lopes de Carvalho, Bento da Cunha Motta, José Lopes da Silva Lima, Francisco Gomes da Costa, Manuel Ferreira Barbosa, Joaquim Antonio Fiuza de Lima e Fernando Pereira da Cunha, por não ter podido aceitar a eleição o sr. Manuel Joaquim Alves. Registamos estes nomes, sem lhes addicionar os epitotos que merecem, porque estes andam já de sobejo applicados a inutilidades e até a prejudicialidades. Estes individuos fizeram tudo quanto se pôde fazer, para tornar a sociedade forte, florescente e proveitosa.

Por alvará de 17 de outubro de 1862, dignou-se el rei o sr. D. Luiz declarar-se protector da sociedade, e por outro de 27 de maio de 1863, houve por bem conceder-lhe a designação de *Real*.

Foi por occasião da inauguração do retrato d'el-rei o sr. D. Luiz, feito pelo artista portuense o sr. Rezende, que em 15 d'agosto de 1864 a sociedade aproveitou o ensejo, para a realisação da idéa da inauguração de um hospital n'aquella cidade. A occasião foi bem escolhida, porque a solemnidade fôra esplendida, e a ella concorrera vívida e fervorosa a colonia portugueza de ambos os sexos.

Apresentada a idéa, em pouco tempo subiram as offertas a mais de 13.000\$000 de réis, com que se julgou poder dar começo á obra intentada.

Escolheu-se o local no arrabalde mais salubre da cidade, n'uma colina pittoresca e agradável da freguezia da Penha, na parte mais elevada e fronteira ao Senhor do Bomfim. Custou o terreno para a edificação 16.000\$000 réis, e foi realisação a compra a 28 de dezembro de 1864. A direcção que levou a cabo este commettimento era composta dos srs. Manuel Gomes da Costa, Antonio Ferreira da Silva Junior, Narciso d'Oliveira Maia, José Joaquim de Miranda, José da Silva Bastos, José da Cunha Carvalho Bastos, Henrique José Fernandes, João Soares Chaves, e Antonio Ferreira de Rezende. — Honra lhes seja, e a benção dos socorridos, e de todos os homens de coração os gratifique.

Deu-se logo principio á construcção do edificio, cujas obras correram sob a fiscalisação e impulso da sobredita direcção, annualmente reeleita; achando-se concluido e fazendo-se a inauguração do hospital a 16 de setembro d' 1866; sendo a despesa total d'aquella obra 47.467\$763 réis. — As mobílias, roupas, etc., haviam sido encomendadas para Portugal, a fim de que tudo ali fosse mera e verdadeiramente portuguez.

A inauguração fez-se com a maior solemnidade.

Primeiramente procedeu á benção do edificio o ex.^{mo} e rev.^{mo} bispo da diocese, em seguida disse-se missa na respectiva capella, e a todo o acto assistiram egualmente os presidentes da provincia e da municipalidade, as auctoridades civis e militares, o consual portuguez sr. Augusto Peixoto, commissões do Instituto Historico, de todas as associações de beneficencia e litterarias, e isto no meio de um concurso extraordinario de pessoas de ambos os sexos, e de todas as classes e condições, a ponto de faltarem vehiculos para a condução de todos os que queriam presenciar acto tão grandioso. De tudo se lavrou o respectivo auto, assignado pelos dignitários já mencionados, e pela perseverante direcção, menos João Soares Chaves, cujo lugar fôra antes supprido pelo sr. Manuel Francisco d'Almeida Brandão.

No dia seguinte foram recolhidos ao hospital os quatro socios enfermos, que estavam em tratamento fóra e á expensas da sociedade.

Na reunião ordinaria seguinte da assembléa geral, foi reeleita a mesma direcção, testemunho honroso que a sociedade lhes prestou; mas precisando de descansar de tanto afan, foram afinal relevados do encargo, restandolhes a gloria de ficar o seu nome vinculado a uma instituição, cuja utilidade tem sido tão grande como diremos adiante.

(Continúa.)

J. B.

ACTUALIDADES SCIENTIFICAS

A LUA SERÁ HABITADA?

(Continuação)

Resumindo. É possível (é certo mesmo) existir na lua uma atmosphera de fraca densidade, e provavelmente de composição muito diversa da nossa. Póde acontecer que existam mesmo certos líquidos como a agua, mas em minima quantidade. Se lá não existisse ar algum, não poderia também subsistir uma só gota d'agua, attendendo a que é a pressão atmospherica que mantém a agua no estado liquido e que sem essa pressão a agua se evaporaria immediatamente. É possível, emfim, que o hemispherio lunar que nós não avistamos nunca, seja mais rico em fluidos do que o que fica ao nosso alcance. Mas, em todo o caso, é claro que seria contrario á interpretação sincera dos factos affirmar que não existe absolutamente nenhuma atmosphera nem nenhum liquido ou fluido na superficie da lua.

Muitos observadores tem devisado na lua certas claridades enigmáticas que attribuem a auroras boreaes. Assim por exemplo, a 20 de outubro de 1824, ás cinco horas da manhã, Græthuisen observou na região escura da lua, durante a noite, sobre o mar dos Nevoeiros, uma claridade que se estendia até ao monte Copernico d'uma largura de perto de cem kilometros sobre duzentos de comprimento. Alguns minutos depois, desapareceu, mas seis minutos mais tarde uma luz pallida assomou na extremidade meridional da faixa referida; desapareceu também, succedendo-se palpações electricas desde as cinco horas e meia da manhã até ao romper da aurora que por termo ás observações. O observador attribuiu esta claridade vacillante a uma aurora boreal lunar e esta explicação nada tem de anticientifica. Um phenomeno analogo foi observado por um amigo do astronomo Lambert em 25 de julho de 1874.

São estes outros tantos factos que provam que a observação demorada e perseverante do mundo lunar, não se póde considerar desprovida de interesse, como pretende grande numero de astrónomos. Sem duvida, não obstante ser nosso visinho, este mundo difere mais do nosso que o planeta Marte cuja analogia com a terra é tão manifesta, que deve ser habitado por seres quasi semelhantes aos que constituem a historia natural terrestre e a propria humanidade; mas embora muito diferente da terra nem por isso deixa de ter seu valor proprio e a sua originalidade. Além d'isso, porque devemos supprir que não existe sobre a lua uma vegetação semelhante á que decora o nosso globo? Florestas espessas como as da Africa central e as da America do sul poderiam cobrir vastas extensões de territorio sem que nos fosse possível reconhecê-las. Não existem na lua nem primavera nem outono, e nós não nos podemos fiar demasiadamente nas variações de tom das nossas vegetações boreaes — na verdura de maio, ou na queda da folhagem amarelleida no outono — para suppormos que a vegetação lunar deva offerecer os mesmos aspectos ou não existir. Alli o inverno succede ao estio de quinze em quinze dias: a noite é o inverno, o dia é o estio. O sol permanece acima do horizonte durante um periodo igual a quinze vezes vinte e quatro horas: tal é a duração do dia lunar e do estio; durante quinze dias da mesma forma o sol permanece abaixo do horizonte; tal é a duração da noite lunar e do inverno. São estas condições climatologicas absolutamente diversas das que regem a vegetação terrestre. Nos climas intertropicaes, aonde não ha inverno nem estio, as arvores não mudam de côr. Nós temos também nos nossos climas plantas de folhagem persistente, arbustos que não variam de aspecto com as estações; e enquanto ao typo mesmo da verdura vegetal, a herva dos prados permanece tão verde no inverno como no estio. Ora apresenta-se aqui uma serie de questões que ficam sem resposta. Existem porventura sobre a lua seres passivos analogos aos nossos vegetaes? Se porventura existem serão de côr verde? Se são verdes mudarão de côr com a temperatura, e se variam de aspecto, esta mudança póde ser avistada da terra?

O que nos ensina a observação telescópica a respeito d'estes pontos obscuros?

Seguramente não existe na topographia lunar nenhuma região de côr tão verde como uma planicie ou uma floresta do nosso globo, mas ha lá com certeza varias zonas de tons distinctos ou mesmo de tons variaveis. A região plana, denominada mar da Serenidade, apresenta um tom esverdeado, atravessado por uma zona invariavelmente branca. O astronomo Klein concluiu d'estas observações que a côr geral, que umas vezes é mais carregada outras vezes mais clara, provém de um tapete vegetal, o qual poderia muito bem ser formado por plantas de todas as dimensões, por musgos e cogumellos, ou mesmo por pinheiros e cedros, e em que a fachas constantemente branca representaria uma zona deserta e esteril.

(Continúa.)

CARILLO FLAMARION.

O PILOTO JOÃO DE LISBOA

(Continuação do n.º 27)

No liv. 30.º de D. Manuel a fl. 127 v.º ha outra carta de 11 de julho de 1497, confirmando outra de D. João II de 14 de novembro de 1481 que concedia a João de Lisboa, com o officio de escrivão da alfandega de Lisboa, oito mil quinhentos e oitenta e seis réis de mantimento e vestir ordinario. Esta carta é interessante por fixar o ordenado d'aquelle officio, mas também não se póde referir ao nosso piloto.

No liv. 26.º de D. Manuel a fl. 20 vem outra carta de 26 de fevereiro de 1496 fazendo mercê a João de Lisboa, escudeiro, morador em Monsarás, de o confirmar no lugar de escrivão da camara, orphãos, almotaceria, como já o era por el-rei D. João; também não parece referir-se ao piloto.

No liv. 33.º do mesmo rei a fl. 31 v.º ha outra carta de 27 de março de 1496 fazendo mercê a João de Lisboa, morador em Lisboa, do officio de requeredor da siza e portagem, assim como até ali o era por carta d'el-rei D. João; não parece também poder applicar-se ao piloto.

No liv. 26.º do mesmo monarcha a fl. 113 se lê outra carta de 29 do mesmo mez e anno, fazendo mercê do lugar de tabellião do civil a João de Lisboa, morador em Monsão, como até ali o era por el-rei D. João; — também pelo contexto d'ella não parece referir-se ao piloto.

No liv. 1.º da Extremadura a fl. 86 se vê outra carta de 11 de outubro de 1496 confirmando uma doação, que a João de Lisboa, filho de Diogo Lourenço, escrivão do almazem de Guiné, escudeiro da casa real, fez Catharina Gonçalves, viuva de Lopo Fernandes, escudeiro d'el-rei, morador que foi no Trucifal, e irmã do referido Diogo Lourenço, por escriptura de 12 de setembro do mesmo anno, lavrada pelo tabellião Pedro d'Almeida, de varios bens, por não ter filhos, nem netos. Parece pela data não poder egualmente entender-se relativa ao piloto.

Acha-se mais no liv. 30.º de D. Manuel a fl. 126 v.º uma carta de 11 de julho de 1497, confirmando outra de D. João II de 8 de novembro de 1481, pela qual fazia mercê, a João de Lisboa, amoa da rainha sua esposa da tença de dois mil e quinhentos reaes brancos, o que também não póde referir-se ao piloto.

No liv. 15.º de D. Manuel a fl. 24 vem outra carta de 10 de abril de 1514, pela qual o soberano nomea João de Lisboa, creado de Gonçalo de Sequeira, fidalgo de sua casa, morador em S. Thomé, para o lugar de escrivão do almoxarifado da mesma ilha; não parece também entender-se relativa ao piloto.

Tambem no liv. 9.º do mesmo rei a fl. 62 se acha outra carta de 11 de março de 1517, fazendo mercê ao antecedente de o tomar por seu escudeiro etc., por egual conjectura não parece referir-se ao piloto.

Passando ao reinado de D. João III, acha-se no liv. 18.º d'este monarcha a fl. 106 uma carta de 18 de setembro de 1531, permitindo a João de Lisboa, morador em Vizeu, o andar em mula ou faca de sella, posto que não tenha cavallo; isto parece mais referir-se a algum cirurgião, do que a um piloto, ainda que aposentado fosse.

Ha no liv. 41 do mesmo soberano a fl. 108 v.º outra carta de 2 de janeiro do mesmo anno de 1531 outra carta, fazendo mercê a João de Lisboa, morador em Cannas de Sehorim, do officio de escrivão e tabellião dos orphãos de aquella villa, por Diogo Dias que o era, ter vendido o officio a Diogo de Figueiredo, commettendo muitas dilapidações, que refere, pelo que o perdera; não parece também referir-se ao piloto.

No liv. 16.º de D. João III a fl. 86 v.º lê-se outra carta de 21 de junho de 1532, confirmando o alvará de 8 de agosto de 1531, pelo qual approvou a renuncia que, no antecedente, fez Luiz Feijó, do cargo de contador dos feitos, e inqueridor e distribuidor dos feitos da mesma villa; — julgamos o mesmo que da antecedente.

No liv. 10.º de perdões do mesmo soberano a fl. 191, acha-se uma carta de perdão de 11 de junho de 1539, a João de Lisboa, criado de João de Thomar, que, juntamente com outros criados, tinha tirado de noite trigo e o havia passado para a Euxara do Bispo; — com certeza não era o piloto.

No liv. 30.º de D. João III a fl. 148 acha-se outra carta de 12 de janeiro de 1540, pela qual faz mercê a João de Lisboa, morador na cidade de Lamego, de o considerar cidadão da cidade do Porto, bem como a seus filhos, para gosarem de todas as honras, privilegios etc., inherentes a esta concessão. Não podemos saber se sim ou não se refere ao piloto.

Tambem no liv. 12.º de perdões do mesmo soberano a fl. 188, se encontra outra carta, passada em 8 de outubro de 1541 a favor de João de Lisboa, morador em Lagos, rendeiro das carnes da dita villa, porque tendo visto que perdia na renda, cortára carne por sua conta e a vendera a olho, pelo que o haviam enipado na devassa ultimamente tirada; também não a julgamos referir-se ao piloto.

Por outra carta de 31 maio de 1550, inserta a fl. 107 v.º do liv. 64 de D. João III, faz-se mercê a João de Lisboa, morador em Cannas de Sehorim do officio de tabellião do publico, judicial e notas da mesma villa, por venda e renuncia que n'elle fizera Diogo d'Ayres, que o havia já recebido de Domingos Pereira; — parece ser o mesmo já acima citado, e não ser o piloto.

Por outra carta de 17 de fevereiro de 1336 transcripta no liv. 5.º de perdões do mesmo soberano a fl. 29, se perdou a João de Lisboa, almocreve, morador em Olivença, o ter tirado bestas carregadas de trigo, em julho do anno antecedente, contra as posturas da camara da dita villa; com certeza se não refere esta carta ao piloto.

Finalmente no mesmo liv. a fl. 127 se encontra outra carta de 18 de julho de 1336 de perdão, a João de Lisboa, morador em Silves, por um seu mulato, Domingos, ter sido preso por furtar uma porção de carne o haver fugido da prisão, onde por isso estava. Tambem não podemos saber se este é o piloto, o que nos não parece.

Havendo pois cessado em 1325 as noticias officiaes de João de Lisboa, piloto, só conjecturalmente temos alguns dados para suppor que elle ainda vivia e servia o Estado em 1337.

Por indicação do sr. Ramos Coelho, vimos no archivo nacional da Torre do Tombo, dois documentos que parecem referir-se ao nosso piloto. São elles duas cartas do commendador-mór de Christo, D. Afonso de Alencastre, embaixador perante a Curia Romana, por D. João III.

Na primeira datada de Roma a 27 de setembro de 1335, diz o commendador-mór logo no principio: « Senhor. Sabendo a esta ora que partia correo para a corte do emperador, e ser ja alli chegado Manoel de mello, quis fazer estas regras para V. A. com esta copia da carta de João de Lisboa que me ontem derão, ainda que tenha por certo que tudo o que nella trata terá V. A. entendido pelas Naos que deuem ser vindas, etc. » Não é exfôrço acreditar que a noticia se refira ao piloto-mór da navegação da India, sendo de lastimar que não se encontre a carta de João de Lisboa a que esta allude. A outra carta datada de Roma a 23 de Abril de 1337 diz n'um post scriptum: « ouera tres ou quatro dias que me derão cartas de João de Lisboa e uynha esta para vosa alteza, que abri para ver se auya cousa que me obrigase a despachar correo, trouxeas Lorezo Piepolo que esteue no Cayro por consul de Venecianos. » As aproximações que em ambas as cartas se fazem entre o nome de João de Lisboa, as naos da India, o Cayro, etc., tudo nos leva a crer que se trata do piloto-mór da India, e que este ou se achava no mar vermelho, ou alli vinha, ou mandava por aquella via noticias directas das coisas do Oriente a el-rei. Devia ser já bem velho, pois tendo escripto o tratado da agulha de marear em 1314, se não ha erro de data na copia, não podia ter então menos de 30 a 33 annos, e portanto em 1337 devia ter 73 annos, servindo decerto a nação havia mais de 50 annos.

O desejo de terminar com toda a brevidade este estudo, nos não deixa entrar em mais conjecturas, não podendo porem deixar de mencionar que no livro das moradias d'el-rei D. Manuel, relativas ao anno de 1318, e transcripto no tomo II das Provas da Historia Geneologica, a pag. 373, se acha assente Diogo Camões filho de João de Lisboa, como moço da camara d'el-rei, não encontrando outra menção relativa a tal nome. Nesse tempo havia mais individuos com o nome de João de Lisboa, e ainda que nos inclinamos mais para a hypothese de que fosse aquelle mancebo filho do piloto, nada podemos assegurar, por não termos encontrado mais o seu nome, nem saberemos dizer se entre o piloto e o nosso grande epico haveria alguma razão de parentesco.

Tambem não podemos averiguar se Fr. Diogo de Lisboa, que em 1342 instituiu uma irmandade com o titulo das Chagas de Christo, aos homens que versavam a carneira da India, como diz o sanctuario marianno, no convento da Santissima Trindade, e depois passou para a igreja das Chagas, seria filho ou parente do nosso piloto.

Não podemos tambem constatar a epoca da morte de João de Lisboa, porque a primeira nomeação de piloto-mór que encontramos depois da que lhe foi feita, é datada de Almeirim a 10 de maio de 1374 a favor de Vicente Corêa, nomeando-o el-rei por piloto-mór de todas os

seus reinos, mas não se diz por morte de quem, nem é crível que ainda então vivesse João de Lisboa.

Resta-nos porém a satisfação de termos tirado o seu nome do esquecimento em que jazia, termos patenteado a sua existencia, termos feito conhecer os seus importantes serviços, e haver-mos concorrido com a nossa fraca e desautorizada penna para inscrevermos o seu nome na vasta galeria dos habéis maritimos portuguezes.

BRITO REBELLO.

TYPOS DA MINHA TERRA

O THOMÉ RONCA

O Thomé Ronca era um robusto pescador ilhavense, alto, musculoso, tranquillo e solidamente construído como um lutador romano. Tinha apenas 28 annos e era já arraes d'uma companhia. Conquistára este logar preeminente entre duzentos companheiros de trabalho por actos de heroismo brutal e imperturbavel.

Thomé Ronca tinha a força muscular d'um athleta e a coragem impassivel d'um duellista. Nunca deixava de ir ao mar por mais ruim que elle estivesse, senão quando a sua companhia se recusava terminantemente a segui-lo. Tinha um syllogismo acerca de naufragios: não acreditava n'elles, pela razão de que sendo o barco de tabuas e não indo as tabuas ao fundo é claro que não ia ao fundo o barco.

No inverno os pescadores de Ilhavo vão pescar para o Tejo, e antes da abertura do caminho de ferro do norte faziam a viagem a pé, em bandos, seguindo todo o littoral. Por occasião de uma d'essas viagens o Thomé Ronca ao passar em Buarcos viu um barco desarvado e sem governo a 400 ou 500 metros da costa, em riscos de se despedaçar contra os rochedos que o cabo Mondego manda para o mar como raizes de uma arvore enorme, e sem que ninguem se atrevesse a acudir áquelles desgraçados, que faziam signaes de desespero e soltavam gritos afflictivos. Na praia ia uma confusão e um alarido indisciplinavel. Os homens praguejavam desordenadamente e as mulheres corriam desatinadas pela praia soltando gritos ululantes, que o vento e o forte susurro das vagas confundiam e dispersavam no ar dando-lhes vibrações elegiacas e constrangentes. Thomé Ronca approximou-se do grupo mais numeroso dos homens com os olhos illuminados e sentindo os arripios sagrados do seu heroico enthusiasmo de homem do mar e clamou como um trovão para o grupo:

« Eh! alma do diabo! Então não ha ali um raio do diabo que accuda áquella gente? »

— Quem é que lh' ha de acudir, com o mar que faz, perguntaram os do grupo assomados e em tom de desespero?

— Quem lh' ha acudir?... Accudo-lhe eu, já que vocês, seus raios do biabo, nem para liar na roca servem.

E ás ultimas palavras Thomé Ronca pegava na ponta de uma corda, recommendava que lh'a fossem largando e lançava-se ao mar com ella atravessada nos dentes.

Houve então dez minutos de uma anciedade indisciplinavel. Na praia todo o alarido cessou como por encanto e aquelles centenares de olhos estavam fixos n'um ponto, que as vagas ora encobriam ora balançavam no dorso encrepado, mas que se approximava constantemente do barco perdido! As mulheres sentiam as crispções do enthusiasmo sagrado que as envolve na missa, em dia de festa, quando os sons do orgão reboam como um côro de anjos pelas naves do templo, e aos homens parecia-lhes que o vento que lhes revolvia os cabellos lhes enchia o peito d'uma vida desenvolvida e vigorosa. A anciedade começava a ser afflictiva quando finalmente o Thomé Ronca, a alguns passos apenas do barco, atirou certo com a ponta da corda aos naufragos e continuou a nadar para elles. Na praia houve uma explo-

são triumphal de alegria e de enthusiasmo. O Thomé Ronca agarrou-se emfim ao barco içou-se para dentro e fez signal aos de terra para que puxassem. Passados alguns minutos o barco estava varado na costa e salvos todos os pescadores. O Thomé Ronca foi levado em triumpho até á primeira taberna e ali bebeu socegradamente um vintem de agua ardente e sobre um bocado de brôa meia canada de vinho. Ficou como um rei, e d'ali a duas horas seguia viagem para Lisboa tão indifferente e humilde como qualquer dos seus descalços companheiros. Quando chegou a Lisboa começava então a germinar no cerebro do sr. José Silvestre Ribeiro a grandiosa idéa, hoje realisada, da sociedade protectora dos animaes, nos quaes se não incluem os homens e particularmente os pescadores heroicos.

D'outra vez o Thomé Ronca, já arraes, embirrou em querer ir ao mar, apesar da companhia offerecer resistencia a isso por vêr o mar muito picado. O Thomé Ronca conseguiu convencel-os despejando sobre elles toda a conta de injurias grossas, chamando-lhes mulherengos e exhibindo em tom de nota o seu argumento predilecto; que o barco era de tabuas e que por isso não ia ao fundo. Lançou-se o barco ao mar, com mil diabos, entre um praguejar e um berreiro infernal.

Sabe-se que os barcos da costa de Ilhavo não tem aparelhos para vela. A direcção é dada ao barco pelas cordas da propria rede que elle leva dentro. Na ida para o mar a ponta de uma das cordas fica bem amarrada em terra, e o arraes que vae em pé á pópa do barco, desenrola a corda á medida que o barco vae avançando, dando voltas com ella na bica da ré, quando o quer aguentar contra o impulso das vagas ou para as esperar á distancia conveniente. Percorrida a distancia medida por esta primeira corda é a rede lançada ao mar, e na volta para terra é a segunda corda da rede que serve, do mesmo modo que a primeira, de governo, tendo por ponto de apoio a propria rede, que fica ao largo e que só é começada a puxar depois que o barco está varado em terra. O trabalho do arraes, o mais milindroso e o de mais responsabilidade, consiste em dar a tempo as voltas com a corda na bica da ré, sustentando o barco ou deixando-o avançar pelo impulso dos remos, segundo as exigencias da vaga. N'aquelle dia o Thomé Ronca descuidou-se um segundo, não reparou bem n'uma onda e, julgando-a menos puxada, deu apenas uma volta na bica. A onda porém foi temerosa, ergueu o barco a uma altura enorme, cavou-lhe á prôa um abysmo, para o qual o barco começou a resvalar, fazendo correr a laçada singela da bica. O perigo era eminentissimo, porque a alguns metros de distancia erguia-se já contra vaga enorme, que rebentava como um diluvio sobre o barco submergindo-o. O Thomé Ronca comprehendeu n'um lampejo o perigo da situação, agarrou a corda com toda a potencia dos seus musculos de bronze, por já não ter tempo de dar segunda laçada, e sustentou o barco no declive! A corda ainda resvalou alguns centímetros, mas a onda quebrou um pouco á frente da prôa, passando fumegante de espuma por baixo do barco, que a gal-

ENIGMA



Explicação do enigma do n.º antecedente:

Quem sabe aos seus não degenera.

gou como uma gaiivota, embalando-se lhe no dorso arripiado. Estava passado o perigo e o barco continuou a avançar para o mar sem outro transtorno. Transposta a *pancada* do mar o arraes pediu a um dos da companhia que fosse para a ré, e então viu-se o que succedera. A corda, ao resvalar, quando o arraes com mais força a segurava, tinha-lhe levado a pelle das mãos: elle sentira a dôr cruciante, mas não contrahira um musculo da face, nem deixara afrouxar a corda um segundo, allás estavam todos perdidos.

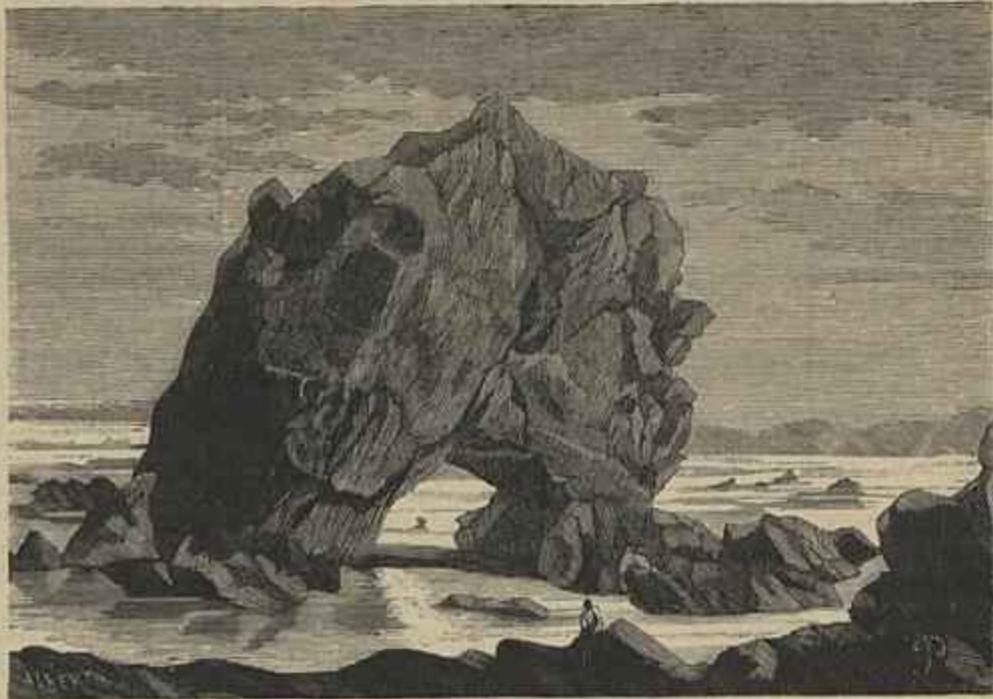
Nos estaleiros de Aveiro e de Ilhavo constroem-se uns barcos de fundo chato, muito apreciados dos pescadores do Tejo, e que vão para alli por mar, carregados de sal ou madeira, tripulados apenas por dois homens que levam por unico instrumento nautico um relogio de sol de trinta réis. Chamam-se estes barcos *enviadas*. Um dia o Thomé Ronca, com auxilio de algumas moedas que pediu emprestadas, comprou uma *enviada*, carregou-a de sal, arranjou um companheiro de viagem, o João Chíncha, e deliberou levar a *enviada* ao Tejo. A *enviada* saiu uma madrugada da *malhada* de Ilhavo e dirigiu-se para a barra afim de esperar alli a maré e vento favoravel. Eram 8 horas da manhã quando o Ronca e o Chíncha chegaram ao forte da barra d'Aveiro. A maré estava quasi em preamar, mas um vento fresco de oeste, fronteiro á barra, impedia a saída da *enviada*, que só pôde navegar para Lisboa com um bom vento norte. O Ronca ficou desesperado com o contra-tempo, mas deliberou, que não tinha outro remedio, esperar pelo vento. O João Chíncha notou porém que lhe tinha esquecido a almotolia do azeite, tempero indispensavel a esta gente, e propoz ao arraes para ir a Ilhavo buscar a n'uma carreira. O Thomé Ronca concordou e o Chíncha partiu para Ilhavo a buscar o azeite. Passada meia hora, e quando a maré já começava a descer, o vento rodou para o norte, o Thomé Ronca meditou dois segundos no caso, rogou duas pragas pela demora ao Chíncha, que ainda não tinha tempo sequer de ter chegado a Ilhavo, esperou mais tres ou quatro minutos e depois tranquillamente e resolutamente poz todas as cousas em ordem; amarrou a vela, prendeu-lhe a ponta da escôta, icou-a no mastro, collocando-se ao leme e saiu barra fóra, sósinho, caminho de Lisboa, onde aportava d'ahi a dois dias!

Quando o Chíncha, ás 10 horas, voltou á barra e soube que o arraes tinha saído sósinho com a *enviada*, limitou-se a dizer, depois de dois segundos de pasmo:

— O raio do homem quer dar cabo da *enviada*! Como diabo ha de aquelle malvado governar-se sem azeite?

E voltou para Ilhavo, apprehensivo, meditando nas difficuldades em que o arraes se havia de vêr... sem a almotolia.

Estes e outros actos de heroismo tranquillo e despretençioso formavam em volta do Thomé Ronca uma atmosphera de inviolabilidade que o tornavam absolutamente respeitado e obe-



O PENEDO DO GUINCHO EM TORRES VEDRAS (Desenho do natural por Henrique Pinto)

decido entre todos os pescadores da Costa Nova e particularmente entre os homens da sua companhia. Por mais accessa e descomposta que estivesse a altercação ou mais travada a desordem, em chegando o Thomé Ronca todos se acomodavam, porque o Thomé pegava n'um homem pelo peito, agarrando-lhe só com uma das mãos a camisola, e atirava com elle pelo ar a dez passos de distancia deixando-o estatelado e sem accordo na areia.

(Continúa.)

ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO.



VINGAR AGORA VILANAGEM! (Gravura extrahida do romance O Ultimo Cavalleiro, de Cunha e Sá, edição da Empresa Horas Romanticas)

BIBLIOGRAPHIA

CUNHA E SÁ. — O ULTIMO CAVALLEIRO. — *Empresa Horas Romanticas, Lisboa.* — É uma narrativa, em que a historia e o romance se acham estreitamente ligados, com a arte que caracteriza os trabalhos d'este infatigavel escriptor. São protagonistas do livro o grande cavalleiro D. Alvaro Vaz d'Almada, conde de Avranches, e o infante D. Pedro, resumindo-se a acção principal na intriga cavilosa que veio a ter o seu desenlace tragico nos campos d'Alfarrobeira. Como estudo historico é cheio de verdade e de consciencia, notando-se a nitidez com que se acham desenhados os caracteres dos diferentes personagens, a par da justa sobriedade e elegancia do estylo. A gravura da ultima pagina, reproduzida d'este romance, representa um dos lances mais terriveis quando D. Alvaro haqueando no ardor da peleja, profere as memoraveis palavras «Vingar agora Vilanagem!» cahindo depois morto, como o symbolo da cavallaria espirando, segundo a phrase de Alexandre Herculano.

— A ARTE. — Recebemos e agradecemos os dois primeiros numeros d'esta excellente publicação mensal, editada pelo sr. Christovam Rodrigues e dirigida pelo distincto escriptor o sr. A. de Sousa e Vasconcellos. Além dos conceituosos artigos dos escriptores de melhor nota que enchem as paginas da ARTE, e das bellas estampas, pela maior parte estrangeiras, que nos offerece nos dois numeros publicados, temos a notar no ultimo uma excellente gravura representando uma rica armadura do seculo XVI, trabalho executado sobre photographia directa na madeira pelo eximio gravador Severini, artista do visinho reino que ha annos reside em Lisboa. É digno do maior elogio este trabalho pela maestria e sentimento artistico com que está executado.

Faz parte esta armadura, da collecção da Armeria Real de Madrid aonde por um erro de catalogo, ao que parece, se attribue á época d'el-rei D. Manuel, sendo manifestamente um typo do fim do seculo XVI, pois que a sua forma geral é muito semelhante ás das celebres armaduras de Filippe II e ás de Henrique III de França.

Este equivooco não é d'admirar pois que outros erros identicos se encontram no catalogo da opulenta Armeria.

O peito d'armas terminando em bico na altura do estomago e encurtando um pouco na altura das ancas, a ausencia de solhas ou fraldão de ferro, a extensão dos coxotes inteirinhos e ligando com a couraça da forma denominada *Krebse* (cervisse); a forma do elmo, á borgonheza, são outras tantas indicações que á face da sciencia da armeria nos dão testemunho evidente de que a data não pôde ser a mencionada no catalogo. Ao auctor da noticia sobre esta armadura suggeriu a hypothese de que teria sido executada por um artista nacional. É possivel, pois que Lisboa possuiu muitos artistas de merito n'este ramo, alguns dos quaes conhecidos no estrangeiro, encontrando-se os respectivos monogrammas e marcas de fabrica nos tratados d'armeria, copiados das peças authenticas devidas a esses artistas.

Feito este ligeiro reparo, que devemos ao conceito que nos merece a ARTE, applaudimos o esforço do editor o sr. Christovam Rodrigues para dotar o paiz com mais uma publicação de semelhante natureza, dando testemunho, a par da sua boa vontade e iniciativa, do nosso adiantamento incontestavel na arte typographica, e o sr. Sousa e Vasconcellos pela prova que nos dá do seu bom gosto e da sua competencia litteraria.

O escriptorio da empresa é na rua^ª do Norte, 145, Lisboa.

Reservados todos os direitos de propriedade litteraria e artistica.

LALLEMANT FRÈRES TYP. LISBOA
6, Rua do Thezouro Velho, 6